



Processo MJ nº 08017.000883/2014-94  
Programa: "RESISTIR É PRECISO"  
Episódio(s): 01 a 10  
Emissora: TV BRASIL EBC  
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. EPP  
Classificação Pretendida: livre  
Contém: linguagem imprópria e violência

Indeferir o pedido de autoclassificação, do seriado, classificando-o pelo monitoramento como: "não recomendado para menores de dez anos".

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

RETIFICAÇÃO

No Despacho de 28/04/2014, publicado no DOU de 30/04/2014, Seção I, pág. 62, onde se lê: "Episódios: 2ALH01 a 1ALH22" leia-se: "Episódios: 2ALH01 a 2ALH22".

SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO

PORTARIA Nº 4, DE 30 DE ABRIL DE 2014

O Secretário de Reforma do Judiciário no uso das suas atribuições que lhe conferem o art. 23 do Decreto nº 6061, de 15 de março de 2007, e o art. 10, inciso IX, da Portaria nº 276, de 10 de março de 2006, do Ministério da Justiça, e considerando o Plano de Providências Permanente da CGU, bem como o acórdão do Tribunal de Contas da União de n. 2927/2013 - Plenário, resolve:

Art. 1º: Instituir força tarefa para o tratamento emergencial do estoque de convênios em prestação de contas na Coordenação-Geral de Modernização da Administração da Justiça.

§ 1º A força tarefa tem como finalidades:

1.Auxiliar no saneamento dos processos de prestação de contas

2.Diminuir o estoque de processos com atraso na análise.

§ 2º A força tarefa será coordenada pelo Coordenador-Geral de Modernização da Administração da Justiça e, em sua ausência, por servidor nomeado por despacho.

§ 3º A evolução dos trabalhos será objeto de relatórios mensais enviados ao Gabinete da Secretaria de Reforma do Judiciário.

§ 4º As decisões sobre alterações no escopo, prazos e recursos empregados na força tarefa, caberão ao Gabinete da Secretaria de Reforma do Judiciário.

§ 5º O coordenador do projeto elaborará, em dois dias após a publicação deste ato, plano de trabalho da força de tarefa e o submeterá à aprovação.

§ 6º A força tarefa será iniciada em 17 de abril de 2014 e encerrada em 31 de julho de 2014.

Art. 2º: A força tarefa será composta por servidores alocados na CGMAJ, nas funções de gestão de convênios, a serem designados por despacho do Coordenador-Geral.

§ 1º Aos servidores que serão designados, não será escusada a realização das atividades que atualmente lhes compete, devendo, contudo, serem priorizadas as relacionadas à Força tarefa.

§ 2º O Coordenador da Força Tarefa poderá alocar os recursos humanos descritos nesse artigo conforme julgar mais adequado à execução das finalidades da Força Tarefa, de modo a também garantir a não interrupção da gestão da carteira de convênios.

Art. 3º: O acompanhamento do andamento dos trabalhos será realizado por meio de processo administrativo específico, ao qual serão acostados todos os relatórios de acompanhamento e o relatório final.

Art. 4º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO CROCCE CAETANO

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 170, DE 30 DE ABRIL DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve

Art. 1º Designar o Subsecretário de Orçamento e Administração e o Coordenador-Geral de Logística e Serviços Gerais para praticarem, como ordenadores de despesas, titular e substituto, respectivamente, os atos necessários à execução orçamentária e financeira da Unidade Gestora 330092, Gestão 00001, da Coordenação de Execução e Acompanhamento de Projetos Internacionais - COEPI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

PORTARIA Nº 171, DE 30 DE ABRIL DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nos §§ 1º e 2º do art. 169 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com a redação dada pelo Decreto nº 7.223, de 29 de junho de 2010, resolve

Art. 1º Autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a antecipar, em razão do reconhecimento de estado de calamidade pública, por procedimento sumário, no âmbito do Estado de Rondônia afetado por inundações, por ato do Governo Federal, aos beneficiários domiciliados naquele Estado, observado o disposto na Portaria MPS/GM/Nº 105, de 19 de março de 2014:

I - o pagamento dos benefícios de prestação continuada previdenciária e assistencial para o primeiro dia útil do cronograma, a partir da competência maio de 2014 e enquanto perdurar a situação; e

II - mediante opção do beneficiário, o valor correspondente a uma renda mensal do benefício previdenciário ou assistencial a que tem direito, excetuado os casos de benefícios temporários.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se unicamente aos beneficiários domiciliados naquele Estado na data de decretação do estado de calamidade pública, ainda que os benefícios sejam mantidos em outros Estados, bem como aos benefícios decorrentes.

§ 2º O valor antecipado na forma do inciso II deverá ser ressarcido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais fixas, a partir do terceiro mês seguinte ao da antecipação, mediante desconto da renda do benefício e, dada a natureza da operação, sem qualquer custo ou correção, aplicando-se, no que couber, o inciso II do art. 154 do RPS.

§ 3º Deverá ser adequada a quantidade de parcelas de que trata o § 2º, para aqueles benefícios cuja cessação esteja prevista para ocorrer em data anterior à 36ª parcela, de modo a propiciar a quitação total da antecipação, ainda na vigência dos referidos benefícios.

§ 4º Na hipótese de cessação do benefício antes da quitação total do valor antecipado, deverá ser providenciado o encontro de contas entre o valor devido pelo beneficiário e o crédito a ser recebido, nele incluído, se for o caso, o abono anual.

§ 5º A identificação do beneficiário para fins de opção pela antecipação de que trata o inciso II do caput poderá ser feita pela estrutura da rede bancária, inclusive os correspondentes bancários, responsável pelo pagamento do respectivo benefício.

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

PORTARIA Nº 172, DE 30 DE ABRIL DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 25 da Portaria nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de abril de 2014, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R\$ 927,32 (novecentos vinte e sete Reais e trinta e dois centavos).

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 30 DE ABRIL DE 2014

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003018/3019-79, sob o comando nº 375713293 e juntada nº 379998868, resolve:

Nº 217 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefício Definido - CNPB nº 1988.0011-29, administrado pela Telos Fundação Embratel de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003018/5219-79, sob o comando nº 375604689 e juntada nº 379939122, resolve:

Nº 218 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Previdência da Ibritermo S.A. - CNPB nº 2006.0005-11, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 705, DE 29 DE ABRIL DE 2014

Suspende a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Vigilância em Saúde dos Municípios e Estados que não cadastraram os serviços de vigilância sanitária no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e não alimentaram regularmente o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Considerando a Portaria nº 3.462/GM/MS, de 11 de novembro de 2010, que estabelece critérios para alimentação dos Bancos de Dados Nacionais dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde.

Considerando a Portaria nº 475/GM/MS, de 31 de março de 2014, que estabelece os critérios para o repasse e monitoramento dos recursos financeiros federais do Componente da Vigilância Sanitária do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde, para Estados, Distrito Federal e Municípios, de que trata o inciso II do art. 13 da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013.

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos do Bloco de Vigilância em Saúde transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios; e

Considerando a responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária pelo monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), e do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), para manutenção do repasse dos recursos do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Vigilância em Saúde transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência dos recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Vigilância em Saúde, da competência financeira dos meses de janeiro a abril de 2014, para Estados e Municípios irregulares no monitoramento realizado em 25 de março de 2014, conforme abaixo:

I - Municípios sem cadastro do Serviço Especializado de Vigilância Sanitária no Sistema Nacional de Cadastro de Serviço de Saúde (SCNES), conforme anexo I a esta Portaria;

II - Municípios com situação irregular quanto à informação da produção da vigilância sanitária dos meses de agosto a dezembro de 2013, apresentando 3 (três) meses consecutivos sem informação no SIA/SUS, conforme anexo II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros retroativos a janeiro de 2014 a esta Portaria.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

Municípios irregulares quanto ao CNES

SANTA CATARINA	Cód. IBGE
Jaguaruna	420880

ANEXO II

Municípios irregulares quanto ao SIA-SUS

ACRE	Cód. IBGE
Bujari	120013
Feijó	120030
Mâncio Lima	120033
Rodrigues Alves	120042
Senador Guimard	120045
TOTAL ACRE	5

ALAGOAS	Cód. IBGE
Belo Monte	270090
Olho d'Água do Casado	270580
Satuba	270890
TOTAL ALAGOAS	3

AMAZONAS	Cód. IBGE
Anamã	130008
Anori	130010
Beruri	130063
Boa Vista do Ramos	130068
Careiro	130110
Codajás	130130
Envira	130150
Guajará	130165
Ipixuna	130180
Itamarati	130195